

**RECLAMAÇÃO Nº 38.631 - SP (2019/0233415-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECLAMANTE** : M DE O C  
**ADVOGADOS** : ELIAS DE CAMPOS - SP363474  
MATHEUS DE CAMPOS - SP345098  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : E F DE C  
**ADVOGADO** : BELL IVANESCIUC - SP215953

**DECISÃO**

Cuida-se de reclamação ajuizada por **M de O C**, com fundamento no art. 988, II, do CPC, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da Apelação n.º 1004179-22.2015.8.26.0361.

**Afirma** que a ora interessada propôs ação de Divórcio Litigioso contra o reclamante, a qual foi julgada procedente, sem dissolução do condomínio. Irresignado, o reclamante interpôs apelação, a qual foi negado provimento. Ainda insatisfeito, interpôs recurso especial, "(...) *para buscar nesta corte a redução do alto valor sucumbencial buscando entendimento nos incisos I ao IV do artigo 85, § 2º e 8º do CPC, quais sejam o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa e o tempo e trabalho exigidos pelo advogado para o seu serviço deve ser arbitrado os honorários de sucumbência por equidade.*". O apelo nobre foi inadmitido pela incidência da Súmula n.º 7/STJ (fls. 123-124), contra o quê o reclamante se voltou por meio de agravo interno (fls. 128-137), que por sua vez, não foi conhecido (fls. 138-139). Manejou, então, agravo em recurso especial (fls. 140-184), que sequer foi conhecido.

Contra esta decisão ajuizou a presente reclamação, alegando que foi descumprido o acórdão proferido na Reclamação n.º 7.037/PE, razão pela qual, pugna pelo seu acolhimento, de modo a se processar o apelo nobre interposto na origem.

O Ministério Público Federal, apesar de invocado, se eximiu de emitir parecer a respeito do mérito da causa (fls. 210-211).

É o relatório.

**Decide-se.**

A reclamação **não** merece prosperar.

**1. De início**, registra-se que, nos termos dos artigos 105, I, "f", da Constituição Federal, 13 da Lei n. 8.038/90 e 187 do RISTJ, somente caberá reclamação quando um

órgão julgador estiver exercendo competência **privativa** ou **exclusiva** deste Tribunal ou, ainda, quando as decisões deste **não** estiverem sendo cumpridas por quem de direito.

Ademais, consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando **positivo** desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada (*ut* Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009). A propósito, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DESCUMPRIMENTO. INEXISTÊNCIA.

1. Destina-se a reclamação a preservar a competência do STJ ou garantir a autoridade das suas decisões (art. 105, I, "f", da Constituição Federal c/c o art. 187 do RISTJ). Inexistindo comando positivo da Corte cuja eficácia deva ser assegurada por meio da medida correicional, deve ela ser julgada improcedente (...)"

Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. **João Otávio de Noronha**, DJ de 22.5.2009.

RECLAMAÇÃO – DESCUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO DO STJ – IMPROCEDÊNCIA.

**1. A reclamação é recurso procedimental excepcional, só admitido quando a competência do STJ é objetivamente desrespeitada ou usurpada.**

2. A Primeira Seção desta Corte, ao analisar conflito negativo de competência suscitado em demanda na qual se postulava o fornecimento de medicamento, concluiu que a Lei 10.259/01 autoriza a produção de prova pericial e que o Juizado Especial Federal detém competência para conhecer de ação em que Estado e Município figuram em litisconsórcio passivo juntamente com a União.

3. A decisão do Juízo do Juizado Especial Federal de excluir a União da lide não contraria provimento jurisdicional desta Corte, visto que não houve, no referido incidente, emissão de juízo de valor acerca da viabilidade de admitir-se intervenção de terceiros em sede de Juizado Especial tampouco sobre a legitimidade passiva ad causam da União, aferição esta que não encontra lugar em sede de conflito de competência.

4. Reclamação julgada improcedente.

(Rcl 3.592/SC, Rel. Min. **Eliana Calmon**, Primeira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 10.11.2009)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE DECISÃO DO STJ CUJA EFICÁCIA DEVA SER ASSEGURADA. RECLAMAÇÃO. VIA INIDÔNEA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO.

1. Destina-se a reclamação a preservar a competência do STJ ou a garantir a autoridade das suas decisões (art. 187, caput, do RISTJ).

2. Inexistindo comando positivo deste Sodalício sobre a matéria decidida no julgamento reclamado, há de ser indeferida a petição inicial, por falta de

interesse de agir.

3. A reclamação não é instrumento processual adequado para o exame do acerto ou desacerto da decisão impugnada, como sucedâneo de recurso. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg na Rcl 2.425/PR, 1ª Seção, Rel. Min. **Castro Meira**, DJ de 27.8.2007)

**Com esse norte hermenêutico**, observa-se, na hipótese dos autos, que o Tribunal de origem não conheceu do agravo em recurso especial manejado, posicionando-se pelo seu descabimento, ao fundamento de que "(...) *Diante do erro grosseiro, não se pode aceitar a interposição do presente agravo como substituto do recurso descabido apresentado.*" (fl. 149).

Nesse contexto, não há comprovação efetiva, direta, objetiva e positiva de que a instância *a quo* tenha deixado de obedecer qualquer decisão proferida pelo STJ, de modo que as razões do reclamante se traduzem em clara tentativa de utilizar a reclamação como sucedâneo recursal, olvidando-se, como seria de rigor, de demonstrar o **comando judicial** apto a caracterizar o eventual descumprimento de decisão desta eg. Corte Superior.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 988 DO CPC/2015. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

AGRAVO DESPROVIDO.

1. A reclamação (art. 105, I, f, da Constituição da República) tem por finalidade tornar efetivas as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que o reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recursal.

2. Após a utilização de todas as vias recursais disponíveis, o reclamante propõe a presente reclamação com a nítida pretensão de insistir em tese jurídica reiteradamente rechaçada, finalidade que não se coaduna com as hipóteses constitucionais de seu cabimento.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Rcl 36.756/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019)

AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DA QUARTA TURMA EM RECURSO ESPECIAL. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. É defesa a utilização da reclamação como sucedâneo recursal. Precedentes.

2. No caso, verifica-se que esta ação foi ajuizada contra acórdão proferido pela Quarta Turma no REsp 1.592.747/RJ, o que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento previstas no art. 988 do CPC, ressoando inequívoco o intuito de reforma daquela decisão pela via

inadequada.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt na Rcl 37.086/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/06/2019, DJe 28/06/2019)

E ainda: **AgInt na Rcl 34.428/RS**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2019, DJe 19/06/2019; **AgInt na Rcl 34.010/PE**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/10/2018, DJe 23/10/2018; **Rcl 32.937/RN**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/06/2017, DJe 01/08/2017.

2. Ante o exposto, **indefere-se** a presente reclamação porquanto não configurada a hipótese de preservação da competência do STJ (art. 105, I, "f", da CF c/c o art. 187 do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator